



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 23ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 15.07.2015

Aos 15 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003800-78.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular PATRÍCIA HERINGER, pela Juíza Substituta FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO, pela Diretora de Secretaria LENISE GOLTZ MUNIZ e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994  
Data da última correição realizada: 10.04.2014  
Jurisdição: Porto Alegre

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 15.07.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 23ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

##### 2.1.2 Juizes Atuais

Juiz(a)	Situação	Período
Patrícia Heringer	Juíza Titular	Desde 12.07.2014
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	Juíza Substituta lotada	Desde 28.01.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Patrícia Heringer</b>	Desde 12.07.2014	Juíza titular	-
-	<b>Fabíola Schivitz Dornelles Machado</b>	Desde 28.01.2013	Juíza Substituta Lotada	-
-	<b>Ceres Batista da Rosa Paiva</b>	Até 23.06.2014	Juíza titular	-
2	<b>Bárbara Fagundes</b>	25 a 29.06.2014 (05d)	Juíza Substituta lotada no exercício da titularidade	<b>12 dias</b>
		14 a 20.07.2014 (07d)	Juíza auxiliar	
3	<b>Rachel Albuquerque de Medeiros Melo</b>	30.06 a 11.07.2014 (12d)	Juíza Substituta lotada no exercício da titularidade	<b>42 dias</b>
		14.07 a 12.08.2014 (30d)		
4	<b>André Sessim Parisenti</b>	17.11 a 19.12.2014 (33d)	Juíza Substituta lotada no exercício da titularidade	<b>130 dias</b>
		07.01 a 11.02.2015 (36d)		
		25.02 a 11.03.2015 (15d)		
		13.04 a 15.05.2015 (33d)		
		12 a 24.02.2015 (13d)	Juíza titular em licença maternidade	
5	<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	12 a 15.03.2015 (04d)	Juíza Substituta lotada no exercício da titularidade	<b>11 dias</b>
		06 a 12.04.2015 (07d)	Juíza titular em licença maternidade	
6	<b>Daniela Meister Pereira</b>	16 a 25.03.2015 (10d)	Juíza Substituta lotada no exercício da titularidade	<b>21 dias</b>
		26.03 a 05.04.2015 (11d)	Juíza titular em licença maternidade	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.07.2015)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

	Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Patrícia Heringer</b>	Férias	21.07 a 12.08.2014 (23d)	<b>224 dias</b>
			10 a 16.11.2014 (07d)	
			18 a 31.05.2015 (14d)	
		Licença Gestante	17.11.2014 a 15.05.2015 (180d)	
Substituta lotada	<b>Fabíola Schivitz Dornelles Machado</b>	Férias	05 a 16.03.2014 (12d)	<b>101 dias</b>
			10 a 27.04.2014 (18d)	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

			01 a 30.10.2014 (30d)	
			12 a 24.02.2015 (13d)	
			26.03 a 22.04.2015 (28d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.07.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	<b>Lenise Goltz Muniz</b>	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	05.03.2012
2	<b>Thobias Canterle de Oliveira</b>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	12.08.2014
*	<b>Joseane Agostini Tiecher</b>	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	14.05.2014
3	<b>Marcio Borges Cardozo</b>	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	27.10.2009
4	<b>Irena Xavier Hoffmann</b>	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	01.07.2013
5	<b>Roberta Reck</b>	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	29.03.2010
6	<b>Isabel Maria Ribeiro Alice</b>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	10.06.2014
7	<b>Juidson de Oliveira Campos</b>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	01.07.1996
8	<b>Anita Cristina de Jesus</b>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	12.05.2015
9	<b>Arlene Souza de Amorim</b>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	25.03.2014
10	<b>Betina Machado dos Santos</b>	Técnico Judiciário - Área	-	16.07.2012



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		Administrativa		
11	<b>Lucas Andre Guarnier Rohde</b>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.09.2013
12	<b>Mauricio de Mello</b>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.05.2009
13	<b>Raquel Romanoff Antunes</b>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.01.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.06.2015)

\* Servidor exerce Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05), não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.553 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Lenise Goltz Muniz</b>	Curso ou Evento	02 dias	<b>02 dias</b>
<b>Marcio Borges Cardozo</b>	Curso ou Evento	01 dia	<b>20 dias</b>
	Curso Parcial	01 dia	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13 dias	
	Licença-Paternidade	05 dias	
<b>Roberta Reck</b>	Casamento	08 dias	<b>10 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01 dia	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	01 dia	
<b>Isabel Maria Ribeiro Alice</b>	Curso ou Evento	05 dias	<b>17 dias</b>



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	Falecimento de Pessoa da Família	08 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01 dia	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	03 dias	
<b>Juidson de Oliveira Campos</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	22 dias	<b>22 dias</b>
<b>Arlene Souza de Amorim</b>	Dispensa Médica	01 dia	<b>06 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05 dias	
<b>Betina Machado dos Santos</b>	Dispensa Médica	09 dias	<b>38 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	29 dias	
<b>Lucas Andre Guarnier Rohde</b>	Curso Parcial	04 dias	<b>04 dias</b>
<b>Mauricio de Mello</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01 dia	<b>06 dias</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	05 dias	
<b>Raquel Romanoff Antunes</b>	Curso ou Evento	01 dia	<b>01 dia</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.06.2015)

#### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	<b>Luciana Soares Perez</b>	22.10.2007	03.02.2014	06 anos, 03 meses e 11 dias	Permuta - Removida para o TRT da 12ª Região
2	<b>Fabricio Wagner Kalisewski</b>	07.01.2013	09.03.2014	01 ano, 02 meses e 02 dias	Vacância
3	<b>Karen Azevedo Ribas *</b>	28.01.2013	13.05.2014	01 ano, 03 meses e 15 dias	Lotação no Gab. Des. Clovis F. S. Santos – Assistente de Gabinete (FC05)
4	<b>Dagmar Ranck</b>	04.02.2014	09.06.2014	04 meses e 05 dias	Lotação na 2ª VT de Lajeado - Assistente (FC02)
5	<b>Jeferson Camargo Pereira *</b>	05.03.2012	03.07.2014	02 anos, 03 meses e 28 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria –



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

					Assistente de Juiz Substituto (FC05)
6	<b>Diogo da Silva Correa</b>	01.06.2012	02.11.2014	02 anos, 05 meses e 01 dia	Lotação na 4ª VT de Taquara – Assistente (FC02)
7	<b>Rosangela Martins Grossmann</b>	18.11.2014	15.03.2015	03 meses e 27 dias	Lotação na Coord. de Atendimento ao Magistrado – Assistente-Chefe (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.06.2015)

\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Laura de Moraes Benedetti	Superior em Direito	De 01.10.2013 a 30.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.06.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
<b>Patrícia Heringer</b> Juíza Titular	-	8 horas	-	<b>8 horas</b>
<b>Fabíola Schivitz Dornelles Machado</b> Juíza Substituta	-	-	120,5 horas	<b>120,5 horas</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.07.2015)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
<b>Lenise Goltz Muniz *</b>	72 horas	-	63 horas	<b>135 horas</b>
<b>Thobias Canterle de Oliveira</b>	-	8 horas	13 horas	<b>21 horas</b>
<b>Joseane Agostini Tiecher</b>	20 horas	-	42 horas	<b>62 horas</b>
<b>Marcio Borges Cardozo</b>	-	-	30 horas	<b>30 horas</b>
<b>Irena Xavier Hoffmann</b>	-	-	40 horas	<b>40 horas</b>
<b>Roberta Reck</b>	5 horas	4 horas	60 horas	<b>69 horas</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Isabel Maria Ribeiro Alice	-	20 horas	1,5 horas	<b>21,5 horas</b>
Juidson de Oliveira Campos	-	-	-	-
Anita Cristina de Jesus	-	-	52 horas	<b>52 horas</b>
Arlene Souza de Amorim	-	20 horas	-	<b>20 horas</b>
Betina Machado dos Santos	-	-	37 horas	<b>37 horas</b>
Lucas Andre Guarnier Rohde	-	-	22 horas	<b>22 horas</b>
Mauricio de Mello	35 horas	4 horas	106 horas	<b>145 horas</b>
Raquel Romanoff Antunes	-	-	101 horas	<b>101 horas</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015)

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.330	2.513	7,85%	2.590	3,06%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	218	253	16,06%	264	4,35%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.565	1.615	3,19%	1.572	-2,66%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	123	107	-13,01%	101	-5,61%
<b>Total</b>	<b>4.236</b>	<b>4.488</b>	<b>5,95%</b>	<b>4.527</b>	<b>0,87%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

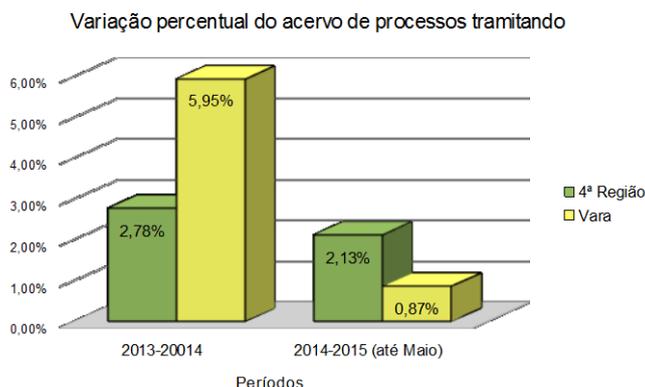
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve aumento de 5,95% de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano de 2013, tendo se verificado aumento do acervo em todas as fases processuais, destacando-se a fase de conhecimento, que apresentou acréscimo de 183 processos, equivalendo a 7,85% de aumento em relação a 2013. Verificou-se, ainda, aumento de 35 processos na fase de liquidação e aumento de 50 processos na fase de execução. O aumento do acervo de processos na Unidade Judiciária em 2014 está acima da média regional, que foi de 2,78%.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

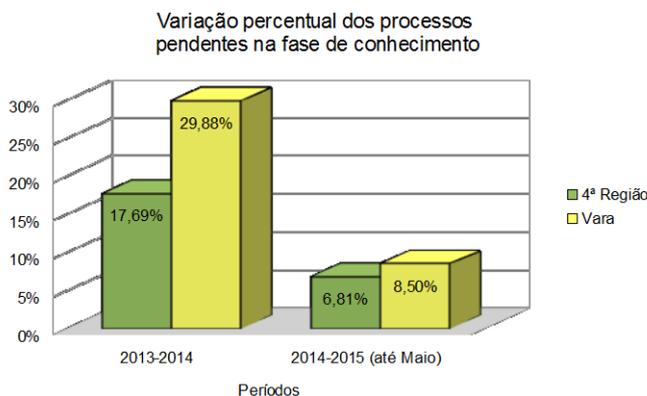
### 3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015
Casos novos	1.519	1.666	9,68%	700	-57,98%
Sentença Anulada/Reformada	9	14	55,56%	5	-64,29%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.663	1.310	-21,23%	593	-54,73%
Processos pendentes de solução	897	1.165	29,88%	1.264	8,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

O estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em 2014 cresceu 29,88% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre do aumento de 9,68% no número de casos novos e à redução de 21,23% no número de processos solucionados, em relação ao ano de 2013. No mesmo período, o acréscimo de processos pendentes de solução na fase de conhecimento na 4ª Região foi de 17,69%, conforme apontado no gráfico a seguir.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Verifica-se, outrossim, que o número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade cresceu de 01 em 2013 para 113 em 2014, o que é preocupante. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	227	204	-10,13%	210	2,94%
Aguardando encerramento da instrução	618	758	22,65%	823	8,58%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	51	90	76,47%	167	85,56%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	1	113	11.200,00%	64	-43,36%
TOTAL	897	1.165	29,88%	1.264	8,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	36,16%	49,17%	35,96%	68,29%	38,90%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	65,93%	48,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

Na 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento aumentou 35,96% em relação ao ano de 2013, atingindo 49,17% no ano de 2014. Ficou 4,83 pontos percentuais acima do congestionamento médio aferido na 4ª Região.

### 3.2.3 Processos solucionados



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

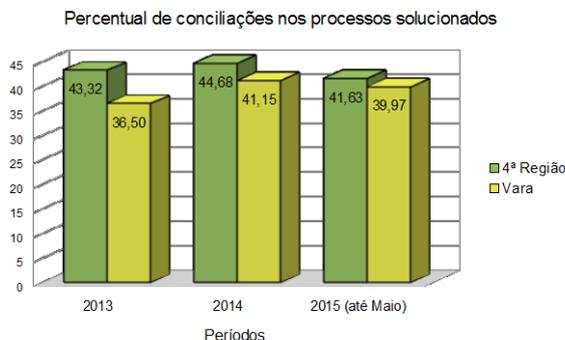
Fase de conhecimento							
Solução	2013		2014		2015 (até maio)		
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	
Com exame de mérito	Conciliação	607	36,5	539	41,15	237	39,97
	Julgado procedente	22	1,32	13	0,99	3	0,51
	Julgado procedente em parte	616	37,04	390	29,77	209	35,24
	Julgado improcedente	168	10,1	117	8,93	60	10,12
	Extinto	6	0,36	4	0,31	2	0,34
	Outras decisões	1	0,06	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	46	2,77	27	2,06	9	1,52
	Arquivamento (art. 844 CLT)	121	7,28	193	14,73	60	10,12
	Desistência	33	1,98	23	1,76	13	2,19
	Outras decisões	43	2,59	4	0,31	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1.663</b>	<b>100</b>	<b>1.310</b>	<b>100</b>	<b>593</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

Verificou-se diminuição de 353 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa uma redução de 21,23%. Esse desempenho é bastante inferior à média regional, que em 2014 apresentou queda de 2,67% no número de processos solucionados.

Excluídas as homologações de acordo, foram proferidas 818 decisões com resolução de mérito em 2013 e 524 decisões em 2014, refletindo redução de 35,55%, enquanto na 4ª Região verificou-se redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Em que pese tenha havido queda no número de homologações de acordo (de 607 em 2013 para 539 em 2014), verificou-se aumento do percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados, que passou de 36,5% em 2013 para 41,15% em 2014. O percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados da unidade manteve-se abaixo da média regional. Especificações no quadro abaixo.



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Iniciadas	415	439	5,78%	161	-63,33%
Encerradas	405	388	-4,20%	154	-60,31%
Pendentes	204	241	18,14%	252	4,56%
Em Arquivo Provisório	42	9	-78,57%	7	-22,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 204 em 2013 para 241 em 2014, representando um acréscimo de 18,14%. Este desempenho deve-se principalmente ao aumento de 5,78% no número de liquidações iniciadas e à redução de 4,20% no percentual de liquidações encerradas no ano de 2014.

### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	34,78%	39,66%	14,02%	61,69%	55,56%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	62,42%	41,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 39,66% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 14,02% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 4,50 pontos percentuais.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até maio)	Variação 2014-2015
Entradas	Iniciadas	517	464	-10,25%	175	-62,28%
	Desarquivadas para prosseguimento	44	1.160	2536,36%	15	-98,71%
Saídas	Encerradas	628	426	-32,17%	138	-67,61%
	Arquivadas Provisoriamente	122	112	-8,20%	55	-50,89%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	9	7	-22,22%	5	-28,57%
	Demais	878	896	2,05%	883	-1,45%
	<b>Total</b>	<b>887</b>	<b>903</b>	<b>1,80%</b>	<b>888</b>	<b>-1,66%</b>
Saldo no arquivo Provisório		1.235	748	-39,43%	785	4,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

Em 2014, houve redução de 10,25% no número de execuções iniciadas na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. No mesmo período, apresentou redução de 32,17% do número de execuções encerradas, queda mais acentuada que a média regional, onde verificada redução de 5,57% no mesmo período.

Em decorrência, a Unidade Judiciária aumentou o seu estoque de execuções pendentes em 16 processos, que corresponde a um aumento de 1,80% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	59,95%	68,47%	14,21%	87,20%	27,36%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	85,69%	21,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 68,47% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 14,21% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 2,34 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	77,56%	83,53%	7,69%	92,44%	10,67%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	91,84%	8,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 83,53% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 7,69% em relação do índice do ano anterior. A taxa de congestionamento da Unidade em 2014 é 1,38 pontos percentuais menor que a média verificada na 4ª Região.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	203	217	6,90%	97	-55,30%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	100	59	-41,00%	23	-61,02%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.106	1.212	9,58%	1255	3,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou uma lista de 13 processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0001027-93.2012.5.04.0023	Em 09/01/2015 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	A reclamada Creedence Clube Beneficente e Assistencial foi incluída no BNDT em 13/02/2013, com a informação, “sem garantia”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0118100-91.2009.5.04.0023	Em 23/06/2015 foi publicado no inFOR despacho determinando o arquivamento dos autos, por cumprido o acordo. Em 23/07/2015 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente".	Os reclamados Margareth Porto Cernicchiaro, Paulo Roberto Santos Cernicchiaro, Roberta Porto Cernicchiaro, Sound Machine Auto Turing Ltda., Sound Machine Cernicchiaro Instalação e Colocação de Acessórios Ltda. e Thaina Porto Freatas Bertoletti foram incluídos no BNDT em 06/06/2014, e o reclamado Roberto Salum dos Santos, em 09/09/2013, com a informação "sem garantia".
0001224-82.2011.5.04.0023	Em 17/09/2014 foram lançados no inFOR os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente".	Os reclamados Mikolaj Schwez, Nicolau Schwez, Tania Schwez Kurkowski e Transportes Sentinela Ltda. foram incluídos no BNDT em 07/05/2014, com a informação "sem garantia".
0001371-74.2012.5.04.0023	Em 15/08/2014 foi lançado no inFOR decisão que julga extinta a execução. Em 07/04/2015 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente".	A reclamada Essen Com. e Ind. de Alimentos Ltda. foi incluída no BNDT em 26/05/2014, com a informação "com garantia".
0159300-06.1994.5.04.0023	Em 06/05/2015 foram lançados no inFOR os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente".	A reclamada Mobili Administração e Participações S.A. foi incluída no BNDT em 15/05/2012, com a informação "sem garantia".
0001631-54.2012.5.04.0023	Em 15/10/2014 foram lançados no inFOR os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente".	A reclamada Quality Sul Service foi incluída no BNDT em 06/10/2014, com a informação "sem garantia".
0026800-87.2005.5.04.0023	Em 23/10/2014 foi lançado no inFOR o andamento "extinta a execução" e, em 09/01/2015, o andamento "arquivado definitivamente".	A reclamada Boucinha & Boucinha Ltda. foi incluída no BNDT em 14/09/2011, com a informação "sem garantia".
0035700-40.1997.5.04.0023	Em 01/10/2014 foi lançado no inFOR o andamento "extinta a execução" e, em 09/01/2015, o andamento "arquivado definitivamente".	Os reclamados Anderson Fumagalli, D'Artagnan Lejambre, Matheus Carlos Altair Bitencourt Franco Grillo e Simone Slaviero Fumagalli foram incluídos no BNDT em 30/05/2012, e a reclamada Gaúcha Car Veículos e Peças Ltda., em 12/09/2011, com a informação "com garantia".
0037500-54.2007.5.04.0023	Em 29/05/2014 foram lançados no inFOR os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente".	A reclamada Fundação Ruben Berta foi incluída no BNDT em 01/02/2013, e a reclamada Volo do Brasil S.A., em 05/06/2013, com a informação "sem garantia".



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0043300-92.2009.5.04.0023	Em 13/09/2012 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	As reclamadas GR Brasil Infraestrutura de Serviços Ltda. (Massa Falida), Pedrozo Sistemas de Monitoramento e Locação Ltda. (Massa Falida) e Pedrozo Sistemas de Segurança Ltda. (Massa Falida) foram incluídas no BNDT em 24/01/2012, com a informação “sem garantia”.
0000709-81.2010.5.04.0023	Em 13/01/2015 foi lançado no inFOR decisão que julga extinta a execução. Em 11/03/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”.	A reclamada Rossi Residencial S.A. foi incluída no BNDT em 06/06/2014, com a informação “sem garantia”.
0072600-02.2009.5.04.0023	Em 31/07/2014 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	Os reclamados Adomiro de Castro Paim, Impressos Fácil Ltda., Patrícia Padilha Carballo, Roberta Fernandes Matos Schlottfeldt e Simone Possani Schlottfeldt foram incluídos no BNDT em 22/09/2011, e os reclamados Flávio Possani Schlottfeldt e Organizações Nova Prova Gráfica e Editora Ltda. (Massa Falida) em 13/01/2012, com a informação “sem garantia”.
0088900-59.1997.5.04.0023	Em 15/01/2015 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	A reclamada Apiacas S.A. Administração e Participações foi incluída no BNDT em 12/09/2011 e a reclamada Transportadora Mayer S.A. (Falência Encerrada), foi incluída em 13/01/2012, com a informação “com garantia”.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 30.06.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até maio)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	335	301	27	203	187	45	85	96	42
Antecipações de tutela	107	76	37	146	53	94	51	14	117
Impugnações à sentença de liquidação	63	55	30	126	37	108	19	26	89
Embargos à execução	194	145	112	124	124	106	56	51	112
Embargos à arrematação	2	3	2	1	1	2	0	1	1
Embargos à adjudicação	2	2	0	0	0	0	1	1	0
Exceções de pré-executividade	10	4	14	16	16	14	11	10	15



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Total</b>	713	586	222	616	418	369	223	199	376
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 29.06.2015)

Analisando os dados do quadro acima, constata-se que em 2014 houve aumento significativo do número de incidentes processuais pendentes de julgamento (aproximadamente 66%), circunstância que se deve, principalmente, à queda no número de incidentes julgados em 2014 (baixou de 586 em 2013 para 418 em 2014).

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0000103-82.2012.5.04.0023	Em 10/09/2014, a manifestação da reclamada aos cálculos de liquidação foi lançada no inFOR com o andamento "380 - IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO - apresentação" e não como "080 - CÁLCULOS - requerimento/manifestação". Como não houve a retificação do andamento, permanece pendente junto ao e-Gestão o incidente processual.
0001034-22.2011.5.04.0023	Em 01/12/2014 foi registrado o protocolo de Embargos à Execução pela reclamada. Em 03/02/2015 foi lançado no sistema "Decisão/Despacho" julgando sem objeto os embargos à execução opostos. Não houve registro no inFOR do julgamento do incidente, permanecendo pendente junto ao e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020011-57.2014.5.04.0023	Em 13/01/2014 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 24/02/2014 foi realizada audiência, onde foi indeferido o pedido de antecipação de tutela. Não houve registro no sistema do julgamento da antecipação de tutela, permanecendo a pendência do incidente junto ao e-Gestão.
0020089-51.2014.5.04.0023	Em 30/01/2014 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 30/04/2014 foi realizada audiência, quando deferido o pedido de antecipação de tutela. Não houve registro no sistema do julgamento da antecipação de tutela, permanecendo a pendência do incidente junto ao e-Gestão.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 30.06.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

#### 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

##### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO



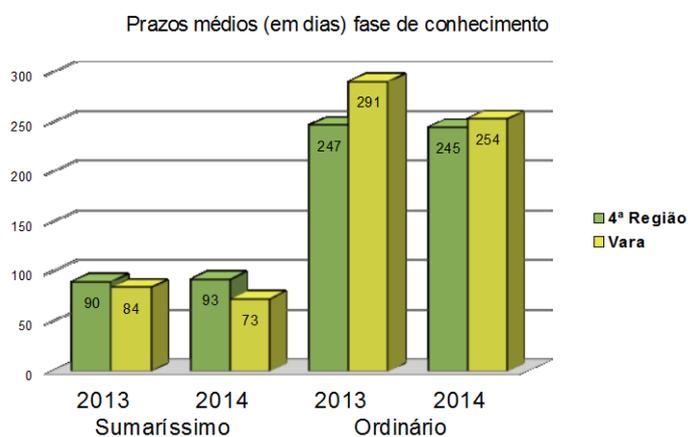
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	84,31	72,76	-13,69%	99,25	36,39%
	Ordinário	290,98	253,87	-12,75%	273,43	7,70%
	Total	268,05	233,8	-12,78%	257,9	10,31%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2015)

Os prazos de tramitação processual na fase de conhecimento, em 2014, sofreram redução na Unidade Judiciária. O prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação até a prolação de sentença alcançou 72,76 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, equivalendo a uma queda de 13,69% em relação à média do ano anterior. Nas ações ordinárias, o lapso de tramitação processual foi, em média, de 253,87 dias, sendo 12,75% mais célere na comparação com 2013.

Na comparação com os prazos aferidos, em média, na 4ª Região em 2014, o prazo da Unidade no rito sumaríssimo foi 21,40% inferior (72,76 dias da unidade contra 92,57 dias da média regional), ao passo que no rito ordinário, foi 3,52% superior (253,87 dias da unidade contra 245,25 dias nas demais Unidades Judiciárias). Especificações no gráfico abaixo.



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	80,47	115,56	43,61%	180,5	56,20%
	Ordinário	185,72	189,11	1,83%	231,65	22,49%



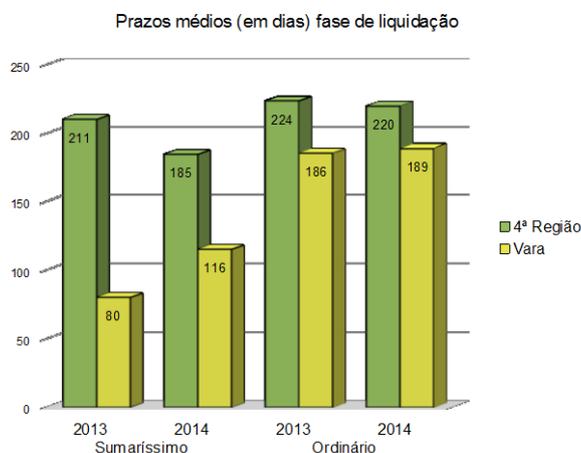
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	Total	176,95	185,39	4,77%	230,01	24,07%
--	-------	--------	--------	-------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, apresentou aumento médio de 4,77% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 115,56 dias e nas ações ordinárias, 189,11 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se abaixo da média regional, sendo mais célere em 37,47% e 14,08% nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	588,72	491,42	-16,53%	617,58	25,67%
	Ente Público	1.376,52	1.227,35	-10,84%	1.018,20	-17,04%
	Total	626,3	536,92	-14,27%	650,97	21,24%

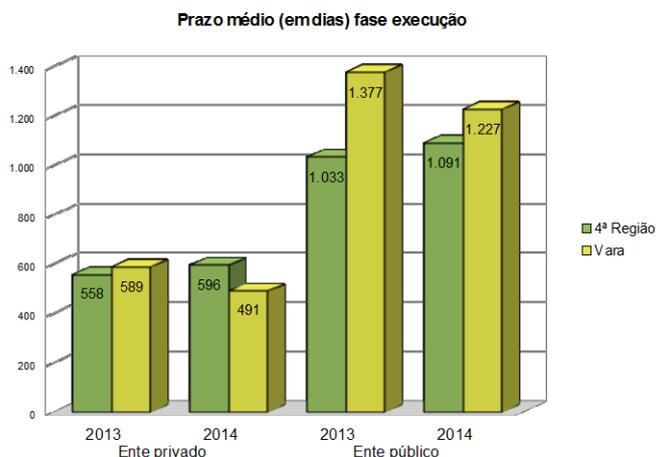
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução vem diminuindo na Unidade Judiciária. Em 2014, o prazo médio foi de 536,92 dias, o qual foi 14,27% menor do que o prazo do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o prazo de tramitação na Unidade Judiciária é inferior à média regional em 17,59% nos processos em que o executado é ente privado, e 12,51% superior quando o executado é ente público.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2. Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.*

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

### **5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1. Meta 1:** *“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”*

<b>META 1/2014 CNJ</b>			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.666	1.310	78,63%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** *“Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”*



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
100	100	100,00%	<b>Meta cumprida</b>
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
1075	1044	97,12%	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	+5,98%	<b>Meta cumprida</b>
Execução Fiscal	(*)	

(\*) Meta se aplica parcialmente à unidade, pois a competência para processamento das execuções fiscais é exclusivamente da 18ª Vara de Porto Alegre.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ
-----------------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Distribuídos até 31.05.2015	Solucionados até 31.05.2015	%	Resultado
700	593	84,71%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	888
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	1
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	69
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	715

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até maio)
<b>98%</b>	<b>Meta ainda não cumprida*</b>

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.3.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05)	Grau de Cumprimento	Resultado
175	198	<b>113,14%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.05.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	26	33	<b>25</b>
2º) Estado do Rio Grande do Sul	32	30	<b>31</b>
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	41	28	<b>40</b>
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	4	5	<b>3</b>
5º) União	9	10	<b>8</b>
6º) Oi S.A.	30	27	<b>29</b>
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	14	8	<b>13</b>
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	10	6	<b>9</b>
9º) Banco do Brasil S.A.	6	7	<b>5</b>
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	36	36	<b>35</b>

**5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

**a)** “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	233,8	257,9	231,46	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.05)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	607	539	573	237	<b>579</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>
Média mensal de acordos	50,58	44,92	47,75	79	<b>48,25</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6 (I) 1 (U) 3 (P) *	6 (I) 1 (U) 3 (P)	6 (I) 1 (U) 3 (P)	6 (I) 1 (U) 3 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-
J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	7 (I) 1 (U) 3 (P)	7 (I) 1 (U) 3 (P)	7 (I) 1 (U) 3 (P)	2 (U) 3 (P)	*

\* Aproximadamente a cada 15 dias é acrescido mais um processo para audiência de prosseguimento

\*\* Quando necessário são abertas pautas extras de iniciais às sextas-feiras.  
(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 15.07.2015)

#### Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### 6.2 PAUTAS LIVRES



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Tipo	J1 - Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	28.09.2015	28.09.2015
Una Sumaríssimo	17.08.2015	17.08.2015
Instrução	30.06.2016	08.06.2016
Tentativa de acordo em execução	* são acrescidos à pauta, quando necessário, em data breve	

Tipo	J2 - Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	10.08.2015	10.08.2015
Una Sumaríssimo	04.08.2015	06.08.2015
Instrução	16.05.2016	16.05.2016
Tentativa de acordo em execução	* são acrescidos à pauta, quando necessário, em data breve	

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 15.07.2015)

### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	47,52	46,8	-1,52%	45,51	-2,76%
	Ordinário	63,23	63,85	0,98%	47,7	-25,30%
	Total	61,42	62,33	1,48%	47,5	-23,79%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 30.06.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 46,8 dias, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 63,85 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento médio total de 1,48%. Mantiveram-se, assim, acima da média considerada como adequada (até quarenta dias). Os números parciais de 2015 (até maio) apontam tendência de redução desse lapso (47,5 dias).

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis. Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção (em 15.07.2015), restou constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a 33 e 21 dias (magistradas J1 e J2 respectivamente) nos ritos sumaríssimos e, nas ações ordinárias, para dali a 73 e 25 dias (magistradas J1 e J2 respectivamente).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 15.07.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas para 08.06.2016 (J1) e 16.05.2016 (J2), apresentando lapso de 323 dias e 301 dias, respectivamente, superando o prazo que se tem por razoável (até 240 dias) para unidades desse porte.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas – 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
André Sessim Parisenti	100	50	6	0	<b>156</b>
Barbara Fagundes	25	17	2	1	<b>45</b>
Ceres Batista da Rosa Paiva	315	191	56	6	<b>568</b>
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	793	467	87	29	<b>1.376</b>
Patrícia Heringer	264	140	21	4	<b>429</b>
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	115	65	16	1	<b>197</b>
Juiz não informado *	5	2	1	0	<b>8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.617</b>	<b>932</b>	<b>189</b>	<b>41</b>	<b>2.779</b>

Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
André Sessim Parisenti	219	125	21	2	<b>367</b>
Daniela Meister Pereira	0	3	0	3	<b>6</b>
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	234	151	22	4	<b>411</b>
Rafael Moreira de Abreu	24	13	2	1	<b>40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>477</b>	<b>292</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>824</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2015)

\* O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz no período de apuração.

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Solucionados - 2014					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
André Sessim Parisenti	28	8	0	36	22	<b>58</b>
Bárbara Fagundes	12	14	0	26	2	<b>28</b>
Ceres Batista da Rosa Paiva	107	114	1	222	80	<b>302</b>
Deise Anne Herold	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	291	304	3	598	98	<b>696</b>
Felipe Lopes Soares	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Jorge Alberto Araujo	-	6	0	6	-	<b>6</b>
Laura Antunes de Souza	-	2	0	2	-	<b>2</b>
Luciane Cardoso Barzotto	-	3	0	3	-	<b>3</b>
Marcelo Silva Porto	-	4	0	4	-	<b>4</b>
Marcos Rafael Pereira Piscino	-	2	0	2	-	<b>2</b>
Patricia Heringer	67	1	0	68	29	<b>97</b>
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	33	47	0	80	16	<b>96</b>
Rafael da Silva Marques	-	4	0	4	-	<b>4</b>
Simone Oliveira Paese	-	9	0	9	-	<b>9</b>
Juiz não informado *	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>539</b>	<b>520</b>	<b>4</b>	<b>1.063</b>	<b>247</b>	<b>1.310</b>
Magistrados	Solucionados - 2015					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
André Sessim Parisenti	89	86	1	176	30	<b>206</b>
Daniela Meister Pereira	17	7	0	24	15	<b>39</b>
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	117	115	0	232	31	<b>263</b>
Patricia Heringer	-	52	1	53	1	<b>54</b>
Rafael Moreira de Abreu	14	12	0	26	5	<b>31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>237</b>	<b>272</b>	<b>2</b>	<b>511</b>	<b>82</b>	<b>593</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2015)

\* O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz no período informado.

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

**PATRICIA HERINGER**

**Processos de Cognição – Rito Ordinário**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusão mais antiga: 13.08.2014 0020176-41.2013.5.04.0023	0020009-87.2014.5.04.0023	0020298-20.2014.5.04.0023
0000184-94.2013.5.04.0023	0020019-34.2014.5.04.0023	0020322-82.2013.5.04.0023
0000406-62.2013.5.04.0023	0020032-33.2014.5.04.0023	0020325-37.2013.5.04.0023
0000797-51.2012.5.04.0023	0020035-85.2014.5.04.0023	0020345-28.2013.5.04.0023
0000868-87.2011.5.04.0023	0020047-02.2014.5.04.0023	0020346-13.2013.5.04.0023
0000918-45.2013.5.04.0023	0020088-66.2014.5.04.0023	0020350-50.2013.5.04.0023
0000924-52.2013.5.04.0023	0020091-21.2014.5.04.0023	0020368-71.2013.5.04.0023
0000925-71.2012.5.04.0023	0020117-19.2014.5.04.0023	0020369-56.2013.5.04.0023
0001007-68.2013.5.04.0023	0020127-63.2014.5.04.0023	0020526-92.2014.5.04.0023
0001024-07.2013.5.04.0023	0020140-62.2014.5.04.0023	0020548-53.2014.5.04.0023
0001051-87.2013.5.04.0023	0020141-47.2014.5.04.0023	0020571-96.2014.5.04.0023
0001070-93.2013.5.04.0023	0020149-24.2014.5.04.0023	0020647-23.2014.5.04.0023
0001118-86.2012.5.04.0023	0020188-55.2013.5.04.0023	0020684-50.2014.5.04.0023
0001128-96.2013.5.04.0023	0020189-40.2013.5.04.0023	0020700-04.2014.5.04.0023
0001198-98.2012.5.04.0007	0020214-53.2013.5.04.0023	0020716-55.2014.5.04.0023
0001218-07.2013.5.04.0023	0020252-65.2013.5.04.0023	0020989-34.2014.5.04.0023
0001449-68.2012.5.04.0023	0020266-15.2014.5.04.0023	0021035-23.2014.5.04.0023
0001581-28.2012.5.04.0023	0020273-41.2013.5.04.0023	0021189-41.2014.5.04.0023
0020003-80.2014.5.04.0023	0020281-18.2013.5.04.0023	0021244-89.2014.5.04.0023
0020008-05.2014.5.04.0023	0020294-17.2013.5.04.0023	0021252-05.2014.5.04.0011
<b>Incidentes Processuais da Execução</b>		
Conclusão mais antiga: 18.08.2014 0022000-50.2004.5.04.0023	0095600-70.2005.5.04.0023	0000040-91.2011.5.04.0023
0000286-87.2011.5.04.0023	0001036-26.2010.5.04.0023	0000359-25.2012.5.04.0023
0000598-97.2010.5.04.0023	0001410-71.2012.5.04.0023	0113500-81.1996.5.04.0023
0001257-09.2010.5.04.0023	0001342-24.2012.5.04.0023	0000794-96.2012.5.04.0023
0032500-78.2004.5.04.0023	0002234-45.2012.5.04.0018	0001121-75.2011.5.04.0023
0000471-91.2012.5.04.0023	0019500-06.2007.5.04.0023	-
0096400-35.2004.5.04.0023	0000286-24.2010.5.04.0023	-
<b>Embargos de Declaração</b>		
Conclusão: 28.04.2015 0001052-77.2010.5.04.0023	-	-
<b>Total: 80 processos</b>		
<b>FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusão mais antiga: 17.03.2015 0020118-67.2015.5.04.0023	0020823-02.2014.5.04.0023	0021045-67.2014.5.04.0023
0000156-29.2013.5.04.0023	0020840-38.2014.5.04.0023	0021052-59.2014.5.04.0023
0000668-12.2013.5.04.0023	0020843-90.2014.5.04.0023	0021057-81.2014.5.04.0023
0000730-52.2013.5.04.0023	0020863-81.2014.5.04.0023	0021061-21.2014.5.04.0023
0020093-88.2014.5.04.0023	0020864-66.2014.5.04.0023	0021066-43.2014.5.04.0023
0020180-10.2015.5.04.0023	0020865-51.2014.5.04.0023	0021074-20.2014.5.04.0023
0020218-56.2014.5.04.0023	0020866-36.2014.5.04.0023	0021076-87.2014.5.04.0023
0020232-06.2015.5.04.0023	0020866-60.2014.5.04.0015	0021082-94.2014.5.04.0023
0020372-40.2015.5.04.0023	0020870-73.2014.5.04.0023	0021101-03.2014.5.04.0023
0020382-55.2013.5.04.0023	0020888-94.2014.5.04.0023	0021107-10.2014.5.04.0023
0020423-85.2014.5.04.0023	0020890-64.2014.5.04.0023	0021115-84.2014.5.04.0023
0020507-52.2015.5.04.0023	0020902-78.2014.5.04.0023	0021132-23.2014.5.04.0023
0020549-38.2014.5.04.0023	0020906-18.2014.5.04.0023	0021140-97.2014.5.04.0023
0020560-67.2014.5.04.0023	0020916-62.2014.5.04.0023	0021142-67.2014.5.04.0023
0020620-40.2014.5.04.0023	0020933-98.2014.5.04.0023	0021145-22.2014.5.04.0023
0020630-84.2014.5.04.0023	0020936-53.2014.5.04.0023	0021156-51.2014.5.04.0023
0020717-40.2014.5.04.0023	0020940-90.2014.5.04.0023	0021367-87.2014.5.04.0023
0020718-25.2014.5.04.0023	0020949-52.2014.5.04.0023	0021465-72.2014.5.04.0023
0020722-62.2014.5.04.0023	0020951-22.2014.5.04.0023	0021477-86.2014.5.04.0023
0020776-28.2014.5.04.0023	0020959-96.2014.5.04.0023	0021525-45.2014.5.04.0023
0020778-95.2014.5.04.0023	0020983-27.2014.5.04.0023	0021629-37.2014.5.04.0023
0020799-71.2014.5.04.0023	0020984-12.2014.5.04.0023	0021641-51.2014.5.04.0023
0020808-33.2014.5.04.0023	0020985-94.2014.5.04.0023	0021655-35.2014.5.04.0023
0020815-25.2014.5.04.0023	0020994-56.2014.5.04.0023	0021678-78.2014.5.04.0023
0020818-77.2014.5.04.0023	0021006-70.2014.5.04.0023	0021725-52.2014.5.04.0023
0020820-47.2014.5.04.0023	0021025-76.2014.5.04.0023	-
<b>Incidentes Processuais da Execução</b>		
Conclusão mais antiga: 15.04.2015 0052300-63.2002.5.04.0023	0027100-49.2005.5.04.0023	0037500-35.1999.5.04.0023
0135100-46.2005.5.04.0023	0130600-29.2008.5.04.0023	0000544-97.2011.5.04.0023
0001253-69.2010.5.04.0023	0000215-51.2012.5.04.0023	
0001045-85.2010.5.04.0023	0008100-58.2008.5.04.0023	
0001095-77.2011.5.04.0023	0001135-25.2012.5.04.0023	
<b>Embargos de Declaração</b>		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusão mais antiga: 11.05.2015 0020681-95.2014.5.04.0023	0020209-94.2014.5.04.0023	0020521-70.2014.5.04.0023
0020528-62.2014.5.04.0023	-	-
<b>Total: 93 processos</b>		
<b>DANIELA MEISTER PEREIRA</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
Data da conclusão: 12.05.2015 0020146-35.2015.5.04.0023	-	-
<b>Total: 1 processos</b>		
<b>ANDRÉ SESSIM PARISENTI</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
Conclusão mais antiga: 22.04.2015 0000527-90.2013.5.04.0023	0020308-30.2015.5.04.0023	0000917-60.2013.5.04.0023
0021283-86.2014.5.04.0023	0021004-03.2014.5.04.0023	0021075-05.2014.5.04.0023
0020938-23.2014.5.04.0023	0020965-06.2014.5.04.0023	0021462-20.2014.5.04.0023
<b>Incidentes Processuais da Execução</b>		
Concluído em 11.05.2015 0124300-17.2009.5.04.0023	-	-
<b>Embargos de Declaração</b>		
Data da conclusão: 19.05.2015 0020572-17.2014.5.04.0012	-	-
<b>Total: 11 processos</b>		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 10.07.2015)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

A 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre adota o critério de distribuição do trabalho por tarefas. O atendimento ao balcão, recebimento de petições, localização de autos dos processos e lavratura do termo de juntada estão a cargo de Juidson. A análise de petições e minuta de despachos do protocolo físico é dividida entre Betina e Lenise. A certificação do prazo e a minuta dos despachos respectivos nos processos físicos é encargo de Raquel e Lenise. As notificações são cumpridas pelo servidor que efetuar o exame e lançamento de minuta do processo do prazo ou do protocolo. Os cumprimentos da sala de audiências são efetuados pelos secretários de audiência. Os mandados de citação e de penhora ficam a cargo de Anita, Lucas e Isabel. O manejo dos convênios é responsabilidade de Lenise, sendo que o BacenJud especificamente, mais utilizado, é acessado a cada dois dias.

A diretora de secretaria, Lenise, informou que, exceto situações excepcionais, não ficam processos fora da pauta, e na execução é adotado o procedimento do art. 475-J do CPC, com expedição de notificação à parte



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

devedora para cumprimento espontâneo, sob pena de pagamento de multa. Decorrido o prazo, então é expedida citação, com o acréscimo da multa, na forma do art. 884 da CLT.

Na greve ocorrida em 2014, houve adesão de dois servidores da Unidade Judiciária, não tendo havido necessidade de suspensão de prazos ou precarização do atendimento ao público. No movimento grevista em curso à época da inspeção, três servidores aderiram.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES**

Em dia.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Em dia.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS**

Em dia.

### **7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

Determinação mais antiga datava de 09.06.2015 (início do movimento grevista, estando a tarefa aguardando o retorno dos servidores). Somente os ofícios urgentes estão sendo expedidos, porque priorizadas outras atividades mais urgentes.

### **7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Em dia (não havia pendências no momento da inspeção).

### **7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S**

Em dia.

### **7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES**

Na data da inspeção estava sendo juntado o protocolo do dia anterior.

### **7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

O protocolo mais antigo ainda não examinado datava de 09.07.2015. Verificou-se, entretanto, a existência de alguns processos que demandavam exame de cálculos de liquidação complexos, sendo que o mais antigo datava de 31.10.2014, vinculados ao J2, aos quais deve ser dada prioridade.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A Unidade Judiciária vem adotando o critério de certificação dos processos em lotes por quinzena. Em 15.07.2015, estava sendo certificado o prazo que venceu no período de 08 a 20.06.2015.

## 7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia.

## 7.11 CONVÊNIOS

Em dia.

## 7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

## 7.13 EXAME DOS LIVROS

### 7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000348-59.2013.5.04.0023	15/06/2015	24 dias
2	0001297-88.2010.5.04.0023	19/06/2015	20 dias
3	0000922-82.2013.5.04.0023	22/06/2015	17 dias
4	0078200-72.2007.5.04.0023	22/06/2015	17 dias
5	0027400-69.2009.5.04.0023	25/06/2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

### 7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000803-29.2010.5.04.0023 *	22/04/2015	2 meses e 18 dias
2	0063400-10.2005.5.04.0023	10/06/2015	1 mês

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.07.2015)

\* Houve dilação de prazo mas não há indicação do prazo final no inFOR

### 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
----------	----------	-------	--



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

1	023-00117/15	0014200-63.2007.5.04.0023	04/05/2015	2 meses e 6 dias
2	023-00135/15	0001544-98.2012.5.04.0023	25/05/2015	1 mês e 15 dias
3	023-00165/15	0000279-95.2011.5.04.0023	15/06/2015	25 dias
4	023-00166/15	0000279-95.2011.5.04.0023	15/06/2015	25 dias
5	023-00073/15	0000146-82.2013.5.04.0023	29/06/2015	11 dias
6	023-00106/15	0000146-82.2013.5.04.0023	29/06/2015	11 dias
7	023-00185/15	0001504-53.2011.5.04.0023	29/06/2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.07.2015)

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 02.06.2015, uma listagem contendo 10 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

1	<b>Processo nº 0001016-64.2012.5.04.0023</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento. <b>Aspectos formais:</b> Ausência de identificação do servidor e respectivo cargo na expressão “sem efeito” no verso da fl. 337; Termos de juntada às fls. 347-v e 466-v contêm espaços em branco e abreviaturas, bem como não identifica o servidor e respectivo cargo; Registros de devolução de carga das fls. 349, 376, 443, 453, 469 e 474 sem identificação do servidor e respectivo cargo; Ausência de informações no processo físico referente ao Lançamento 79 do inFOR (Petição protocolada - LAUDO – apresentação/manifestação) de 21-05-2014 não guarda correspondência com os autos físicos; Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios juntados às fls. 388-92, 400-4, 454-9 e 476; Termo de juntada à fls. 484-v não faz referência expressa aos autos suplementares das fls. 485-9. <b>Movimentação processual:</b> sem apontamentos. <b>Determinações:</b> verifique o lançamento 79 do inFOR, excluindo-o se for o caso.	
2	<b>Processo nº 0000892-81.2012.5.04.0023</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Registros de devolução de carga na secretaria às fls. 424, 502 e 552 sem identificação do servidor e respectivo cargo; Ausência de termo de juntada para a petição/substabelecimento das fls. 500-01; Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 499-500; Termo de juntada à fl. 502-v não faz referência expressa aos autos suplementares das fls.503-14 e 602-7; Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios juntados a partir das fls. 504 e 603; Ausência de termo de juntada para os atos constitutivos da reclamada e acórdão do recurso de revista julgado pelo TST das fls. 516-48; Ausência de termo de juntada para a guia de depósito judicial da fl. 593. <b>Movimentação processual:</b> Prazo da notificação da fl. 550 expirou em 09-09-2014 sem que fosse certificado seu decurso e novo impulso ocorreu apenas em 13-10-2014 (termo de conclusão à fl. 551); Cálculos de liquidação das fls. 553-78 protocolados em 17-11-2014 e novo impulso ocorreu em 29-01-2015 (termo de conclusão da fl. 579); Autos suplementares juntados em 07-04-2015 (fls. 602-07) e conclusão efetuada em 11-06-2015 (fl. 608).	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3

Processo nº 0001228-51.2013.5.04.0023

**Fase:** Conhecimento. **Aspectos formais:** Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 474-98; Termo de juntada à fl. 472-v e certidão à fl. 522-v contêm espaços em branco; Devolução de carga na secretaria (fl. 517) sem identificação do servidor e respectivo cargo; Não foi juntado aos autos a certidão de notificação emitida em 17-11-2014, efetuando a cobrança dos autos em carga com a reclamante (lançamento 36 do inFOR). **Movimentação processual:** Houve demora no impulso processual a partir da juntada da manifestação da reclamante em 19-03-2014 (fls. 463-4) e o termo de conclusão lançado em 03-04-2014.

4

Processo nº 0001391-65.2012.5.04.0023

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Ausência de termo de recebimento do processo devolvido pelo TRT no verso da fl. 165; Termo de juntada à fl. 165-v contém espaço em branco; Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios juntados a partir da fl. 167; Ausência de termo de juntada para a petição/substabelecimento das fls. 173-4; Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 172 e 173; Documento de tamanho reduzido acostado no verso da fl. 188, embora quantificado, não foi rubricado e numerado, tampouco há identificação do servidor que efetua a quantificação, bem como do respectivo cargo; ausência de lançamento do encerramento da execução no inFOR. **Movimentação processual:** Guia de depósito judicial da fl. 183 juntada em 09-02-2015 e novo impulso processual ocorre em 31-03-2015 com o termo de conclusão da fl. 184.

5

Processo nº 0000512-24.2013.5.04.0023

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Ausência de termo de juntada das citações devolvidas pela ECT às fls. 52 e 94 com a informação de "ausente"; Documentos de tamanho reduzido acostados à fl. 52-v não foram quantificados, numerados e rubricados e o acostado à fl. 94-v não foi rubricado e numerado, tampouco identificado o servidor que efetuou sua quantificação; Ausência de termo de juntada para o ofício do Banco do Brasil da fl. 86, que tampouco foi protocolado; ausência de numeração das peças subsequentes à fl. 95; Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 95 e seguintes. **Movimentação processual:** Despacho de 19-03-2014 (fl. 48) cumprido em 10-04-2014 (fls. 49-51); Despacho de 20-05-2014 (fl. 53) cumprido em 23-06-2014 (carta precatória expedida às fls. 54-5).

6

Processo nº 0000928-89.2013.5.04.0023

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Ausência de termo de juntada do ofício do Banco do Brasil da fl. 73; Primeira certidão lançada no verso da fl. 90 e certidão da fl. 94 contém espaço em branco; Ausência de data bem como de identificação do cargo do signatário da segunda certidão lançada no verso da fl. 90; Termo de juntada da fl. 94-v sem preenchimento e assinatura; Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 92-3. **Movimentação processual:** Prazo do mandado de citação da fl. 68 expirou em 10-02-2014, sem que nos dias seguintes haja algum andamento informando o próximo movimento, o que veio a ocorrer apenas em 28-04-2014, com a certidão exarada à fl. 69; Despacho de 28-04-2014 (fl. 69) foi cumprido somente em 20-05-2014 (fls. 70-1); Prazo da notificação da fl. 91 expirou em 27-11-2014 e novo impulso veio a ocorrer apenas em 26-01-2015, com a certidão exarada à fl. 92; Prazo da notificação da fl. 112 para o trabalhador reclamado retirar alvará expirou em 04-05-2015, sem que fosse renovada a notificação nos dias seguintes até a remessa dos autos à esta Vice-Corregedoria em 19-06-2015 (fl. 113-v); Despacho da fl. 110 determina a expedição de alvarás, em favor do devedor (trabalhador), dos depósitos das fls. 73, 78, 81 e 85, tendo sido efetuado somente alvará do depósito da fl. 73.

7

Processo nº 0099700-68.2005.5.04.0023



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Termo de juntada lançado no verso da fl. 528 apresenta espaço em branco; Ausência de registro de protocolo no recebimento do ofício juntado às fls. 537-38. **Movimentação processual:** sem apontamentos.

8

Processo nº 0000206-26.2011.5.04.0023

**Fase:** Liquidação. **Aspectos formais:** Termo de juntada à fl 709-v apresenta espaço em branco; Registro de devolução de carga da fl. 712 sem identificação do servidor e respectivo cargo; não houve retificação manual de fase para “solucionado”, no inFOR, após decisão da fl. 715 que reconsidera o início da fase de liquidação. **Movimentação processual:** sem apontamentos.

9

Processo nº 0004400-74.2008.5.04.0023

**Fase:** Liquidação. **Peculiaridades:** liquidação complexa, envolvendo complementação de proventos de aposentadoria paga pela Fundação Banrisul de Seguridade Social. **Aspectos formais:** Numeração incorreta (em duplicidade) a partir da fl. 758; Registro de devolução de carga na secretaria à fl. 758 (em duplicidade) sem identificação do servidor e respectivo cargo; Termo de juntada à fl. 758-v com data incompleta (falta respectivo mês); Ausência de carimbo em branco, certidão ou risco diagonal no verso das fls. 762-87; não foi certificado o decurso do prazo da notificação da fl. 791 sem que o primeiro reclamado se manifestasse acerca dos cálculos. **Movimentação processual:** Decurso do prazo assinado à fl. 757, em 05.05.14, foi certificado somente em 03.06.14; Processo sem movimentação de 03.06.14 (certidão da fl. 757-v) a 13.11.14 (despacho da fl. 758 que nomeia contadora *ad hoc* para elaboração dos cálculos de liquidação); Processo sem movimentação de 07.04.15 (manifestação da segunda reclamada acerca dos cálculos às fls. 795-98) a 18.06.15 (termo de conclusão da fl. 799).

**Determinação:** Renumerem-se os autos a partir da fl. 758

10

Processo nº 0001587-35.2012.5.04.0023

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Documentos de tamanho reduzido acostados no verso das fls. 333 e 339, embora quantificados, não foram rubricados e numerados, tampouco identificado o servidor que efetua a quantificação; Ausência de termo de juntada das citações devolvidas pela ECT às fls. 333 e 339; Rasura na numeração da folha “339”; Termo de juntada à fl. 346-v apresenta espaço em branco; Ofícios das fls. 358 e 364 sem registro de protocolo em meio físico; Registro de devolução de carga na secretaria à fl. 360 sem identificação do servidor e respectivo cargo; Ausência da assinatura do profissional que recebeu os autos no termo de carga da fl. 360; Termo de juntada da fl. 363-v apresenta rasura na data, sem ressalva.

**Movimentação processual:** Despacho de 01-07-2014 (fl. 336) cumprido em 15-07-2014, com lapso de mais de dez dias; Demora no impulso processual a partir da devolução pelo correio em julho da citação enviada à executada (fl. 339) e o termo de conclusão lançado em 01-09-2014 (fl. 340); Despacho de 01-09-2014 (fl. 340) cumprido em 16-09-2014 (fl. 341), com lapso de mais de dez dias.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 07.07.2015.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”)	0000224-47.2011.5.04.0023



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusão lançada por equívoco	0000314-84.2013.5.04.0023 (em 13.02.2015)
Demora no andamento processual ou registros desatualizados	0112000-28.2006.5.04.0023 0124400-06.2008.5.04.0023 0054300-02.2003.5.04.0023 0001244-39.2012.5.04.0023

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

O trabalho é realizado por tarefas. Como regra geral, a tarefa realizada pelo servidor nos autos dos processos físicos, também o é no PJe.

Todos os servidores da Unidade Judiciária estão capacitados para atuar no PJe, embora alguns atuem preponderantemente, ainda, em processos físicos em face do grande número.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A designação de pauta não se dá automaticamente, em razão do regime de lotação em vigor. A triagem inicial é realizada diariamente pelas secretárias de audiência, que também diligenciam na inclusão dos processos em pauta e fazem o exame de prevenção.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 29.06.2015 e 07.07.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Processos c/petições avulsas	-	50	<u>21418-98.2014</u>	06.7.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	02	<u>20977-83.2015</u>	08.07.2015
C/petições não apreciadas	-	160	<u>20457-26.2015</u>	07.07.2015
c/habilitações não lidas	-	47	<u>20782-98.2015</u>	03.07.015
Mandados devolvidos OJ	-	18	Mais antigo mandado devolvido em 06.07.2015	06.07.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Aguardando ciência	-	65	<u>20768-51.2014</u> (aguarda diligência oficial de justiça desde 04.05.2015)  <u>20292-13.2014</u> (decurso do prazo em 14.05.2015 – não saiu da tarefa automaticamente)	04.05.2015
Aguardando ciência decisão ConPra	-	52	<u>21749-80.2014</u>	01.06.2015 (decurso do prazo)
Aguardando cumprimento prov	Por quinzena	231	<u>21707-31.2014</u>	15.06.2015 (decurso do prazo)
Aguardando cumprimento exec.	Por quinzena	18	<u>20051-73.2013</u>	08.06.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	-
Aguardando término dos prazos	Por quinzena	311	<u>20581-09.2015</u> (aguarda diligência)  <u>20402-12.2014</u> (diligência cumprida)	15.05.2015 (expedido mandado)  15.05.2015 (decurso do prazo)
Apreciar urgentes	-	-	-	-
Controle manual	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

prazo pós sent.				
Prazos vencidos	-	33	<u>20935-68.2014</u>	<b>30.06.2015</b> (aguarda audiência desde então – resta arrastar para caixa de “Operações de Audiência”)
Remeter ao 2º Grau	-	05	<u>20438-54.2014</u>	<b>06.07.2015</b>
Triagem inicial	-	23	<u>20926-72.2015</u>	<b>03.07.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT) .

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, bem como organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Verificaram-se atrasos pontuais, concentrados no controle de prazo (como por exemplo nas caixas “aguardando término dos prazos” e “aguardando ciência”) e coincidiam com o início do movimento grevista deflagrado pelos servidores do judiciário federal.

Verificou-se, ainda, que a Unidade efetua gerenciamento e verificação dos agrupadores para controle da movimentação processual. De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a relevância da manutenção dos agrupadores atualizados.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT**

No período correccionado a Unidade Judiciária contou com o auxílio do SAT (na ocasião com três integrantes) por duas semanas: de 23 a 27/06/2014 e de 30/06 a 04/07/2014. A necessidade de atendimento, conforme constou do relatório, decorreu principalmente da alteração da rotina devido à adesão à greve dos servidores do Judiciário Federal no primeiro semestre de 2014. Conforme refere o coordenador, a “... unidade é muito bem organizada e o acúmulo de serviço se deu por causa da greve. Em duas semanas de atendimento do SAT o serviço voltou a sua normalidade”.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Unidade conta com regime de lotação em vigor desde 09.03.2011, conforme Portaria da Corregedoria Regional nº 108/2010.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se que na unidade o número de servidores (13) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 13 a 14). À exceção de um servidor (Juidson), os demais participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se média de 58 horas/curso por servidor que participou.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu sete servidores. Os afastamentos de servidores mais significativos ocorreram por força de LTS e os períodos mais relevantes foram de 38 dias (Betina), 22 dias (Juidson) e 20 dias (Márcio).

Houve adesão de dois servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos em 2014 (de 15/05 a 16/06 e de 14/08 a 17/09) e de três servidores no movimento deflagrado em 09.06.2015 (que permanecia em curso durante a inspeção correccional).

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, aumentou 5,95% em relação ao ano de 2013, alcançando 4.488 processos, enquanto na 4ª Região apurou-se crescimento médio de 2,78%.

Comparativamente ao ano de 2013, em 2014 houve aumento de 29,88% no estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, com acréscimo de 268 processos, enquanto no mesmo período a média na 4ª Região apontou aumento de 17,69% no estoque. Ingressaram 1.666 casos novos na unidade (aumento de 9,68% em relação ao ano anterior).

Houve aumento no estoque de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, passando de 1 em 2013 para 113 em 2014 e de processos aguardando prolação de sentença no prazo, passando de 51 em 2013 para 90 em 2014, o que é preocupante.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária aumentou substancialmente (acréscimo de 35,96%), passando de 36,16 em 2013 para 49,17% em 2014, superando o congestionamento médio regional de 44,33% em 2014.

A Unidade Judiciária diminuiu o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 21,23% (353 processos solucionados a menos em 2014), enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), reduziu 35,55% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%. O número de homologações de acordo apresentou queda (de 607 em 2013 para 539 em 2014), no entanto o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados aumentou, passando de 36% para 41%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 18,14% no número de liquidações pendentes em 2014, e o índice de congestionamento da Unidade Judiciária, aumentou de 34,78% em 2013 para 39,66% em 2014, mantendo-se, entretanto, abaixo do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16% em 2014.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 32,17% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, resultando em aumento de 1,8% de processos pendentes na fase de execução, ao passo que na 4ª Região houve queda de 2,5%. Passou, assim, de 887 para 903 processos em fase de execução em 2014.

A taxa de congestionamento na fase de execução teve aumento, passando de 59,95% em 2013 para 68,47% em 2014. Permanece, no entanto, abaixo do índice médio da 4ª Região, que foi de 70,81% em 2014.

Observou-se que, em relação às metas do CNJ, não foram atendidas pela unidade judiciária a Meta 1 de 2014, tendo, entretanto atendido as Metas 2, 5 e 6 de 2014. Quanto às Metas de 2015, a Meta 06/2015 já se encontra cumprida e, em relação às demais, o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 12,78% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 73 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 254. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 245 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o aumento médio foi de 4,77% no prazo de tramitação processual, alcançando 116 dias nos processos sumaríssimos e 189 nas ações ordinárias, respectivamente, sendo que o prazo médio regional foi de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, houve redução média global de 14,27% no prazo de tramitação processual. Foi apurado prazo médio de 491 dias quando o executado é ente privado e de 1.227 dias quando a execução é contra ente público. No mesmo período as Unidades Judiciárias da 4ª Região computaram prazos médios de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para as audiências iniciais superou o lapso que se tem por adequado (de até quarenta dias) para unidades desse porte. Cabe destacar, entretanto, ter sido verificada na data da inspeção, em consulta ao livro pauta, que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a **33** (J1) e **21** (J2) dias nos processos sumaríssimos e **73** (J1) e **25** (J2) dias nas ações de rito ordinário, permanecendo, as audiências iniciais do J1 acima do prazo recomendado.

Em relação ao prazo médio em que realizadas audiências de prosseguimento restou ultrapassado o lapso que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (de até 240 dias).

No pertinente aos processos eletrônicos, são movimentados regularmente, sendo que a designação de audiências iniciais observa, como regra, o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos e eletrônicos, bem como dos sistemas informatizados, que a Unidade Judiciária se encontra bem organizada e que os lapsos no atendimento dos prazos legais para prática dos atos processuais coincidem, em sua maioria, com os períodos de paralisação e férias dos servidores ou de atividades específicas de maior complexidade (em especial o exame de cálculos de liquidação).

## **12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (BNDT)**

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos relacionados no item 3.4.3, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, verificando-se, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5 a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a Meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.05.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

### **ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 2, identificando e julgando, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

### **ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

### **ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)**

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média *do biênio 2013/2014.*”

### **ITEM 6.3 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)**

Recomenda-se que sejam adotadas medidas para reduzir os prazos médios das audiências iniciais de processos do rito ordinário, em especial em relação aos processos vinculados à magistrada J1, de forma a atender ao lapso de até quarenta dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se sejam envidados esforços para redução do prazo médio, de modo que não ultrapasse o lapso de 240 dias, tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

### **ITENS 7.13.1 e 7.13.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.

### **ITEM 7.13.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) cumpra-se as determinações contidas no item 8.1;
- b) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- c) observe-se a correta numeração dos autos;
- d) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
- f) proceda à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR/TRT;
- g) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
- h) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;
- i) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos;
- j) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- k) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT), bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique alteração na contagem;
- l) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

### ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, regularizando ou atualizando os andamentos daqueles apontados, a fim de evitar as práticas irregulares.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### **ITEM 9 (PJe-JT)**

Recomenda-se:

- a) cuidadosa atenção à análise de prevenção, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a triagem inicial nos processos eletrônicos siga sendo feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial, observe-se o prazo máximo de sete dias.
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento
- d) sejam envidados esforços no exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias, em especial as de controle de prazo (“aguardando ciência”, “aguardando cumprimento” e “aguardando término dos prazos”).

Recomenda-se, ainda:

- seja dada prioridade aos processos que demandam exame de cálculo de liquidação, embargos à execução e outros incidentes da fase de execução protocolados até final de 2014 (item 7.8);

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

### **13 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não houve, no entanto, comparecimento de interessados.

### **14 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

**15 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Patrícia Heringer, pela Juíza Substituta Fabíola Schivitz Dornelles Machado, pela Diretora de Secretaria Lenise Goltz Muniz e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ  
Vice-Corregedora Regional**